COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 6.523, DE 2009

(Apensos: PL nº 464, de 2011, PL nº 521, de 2011, e PL nº 700, de 2011)

Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

Autor: Deputado João Dado

Relator: Deputado Felipe Maia

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.523, de 2009, de autoria do Deputado João Dado, obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), em regime de tramitação ordinária.

Distribuído para a Comissão de Defesa do Consumidor, foi designado o Deputado Walter Ihoshi para exarar parecer, que devolveu a propositura sem apresentação de parecer. Após, designou-se como relator o Deputado Eli Corrêa Filho que, por ser autor de uma das proposituras, ficou impedido de se manifestar, sendo, então, designado este Relator.

Os seguintes projetos foram apensados ao principal: PL nº 464, de 2011, da Deputada Nilda Gondim; PL nº 521, de 2011, do Deputado Pedro Paulo; e PL nº 700, de 2011, do Deputado Eli Correa Filho.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

Os princípios gerais da defesa do consumidor, dispostos no artigo 4º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código do Consumidor, visam proporcionar o atendimento das necessidades dos consumidores, levando-se em consideração sua dignidade, saúde e segurança, bem como a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, transparência e harmonia nas relações entre eles e seus fornecedores de produtos ou serviços.

Com a sofisticação da distribuição da produção por parte das empresas, acentuou-se a vulnerabilidade do consumidor no que diz respeito ao controle no recebimento de produtos e serviços contratados, devida, especialmente, à dificuldade de conseguir informações precisas a este respeito, bem como ao caminho para reivindicar seus direitos.

Acreditamos que as proposições em análise buscam corrigir parte deste problema que aflige o consumidor brasileiro, que se encontra, com as regras atuais, refém das empresas no momento de receber os produtos e serviços que lhe foram ofertados.

É fundamental a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor. As ações podem ser por iniciativa direta, pelo incentivo à criação e desenvolvimento de associações de defesa do consumidor, pela determinação de regras claras para o mercado de consumo e pelo estabelecimento de normas que determinem a existência de garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

Os projetos de lei apensados são correlatos ao principal com variações apenas na forma de sua apresentação.

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.523, de 2009, e seus apensos, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado Felipe Maia
Relator

2011_9052

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.523, DE 2009.

(Apensos: PL nº 464, de 2011, PL nº 521, de 2011, e PL nº 700, de 2011)

Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

“Art. 35-A. Todo fornecedor de produto ou serviço é obrigado a oferecer ao consumidor opção de agendamento de data e turno para a entrega de produtos e realização de serviços ofertados ao mercado de consumo.

§ 1º O fornecedor de bens e serviços deverá oferecer, nos termos do caput deste artigo, no ato da contratação, a data e o turno para a entrega do produto ou realização do serviço adquirido pelo consumidor.

§ 2º Os horários e turnos disponibilizados são:

I - turno da manhã: das 7 às 12 horas;

II - turno da tarde: das 12 às 18 horas;

III - turno da noite: das 18 às 23 horas.

§ 3º O fornecedor deverá oferecer, prévia e adequadamente, as datas e respectivos turnos disponíveis para entrega dos

produtos ou prestação dos serviços, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas.

§ 4º No ato da finalização da contratação do fornecimento de bens ou da realização de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, documento com as seguintes informações:

I - identificação do estabelecimento comercial, da qual conste a razão social, o nome fantasia, o número de inscrição no CNPJ, o endereço e número do telefone para contato;

II - descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;

III - data e turno em que o produto deverá ser entregue ou prestado o serviço, caso o cliente opte por essa modalidade de entrega;

IV - endereço onde deverá ser entregue o produto ou realizado o serviço;

V - cópia do dispositivo legal que determina data e hora da entrega do produto ou realização do serviço e, nas vendas pela internet, visualização do dispositivo legal no site.

§ 5º No caso de comércio à distância ou não presencial, o documento a que se refere o § 3º deste artigo deverá ser enviado ao consumidor antes da efetiva entrega do produto ou realização do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fac-símile, correio ou outro meio indicado.

§ 6º Ficará a critério dos fornecedores de produtos a definição dos valores que serão eventualmente cobrados em razão do agendamento da entrega dos produtos comercializados.

§ 7º O fornecedor que não oferecer, como opção, data e turno para entrega de produto ou para realização do serviço nos termos estabelecidos, ou não cumprir a data e o turno ajustados, ficará sujeito às sanções administrativas e penais previstas nesta lei.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado Felipe Maia
Relator